

Eduardo Esteves, Misael Martins, Guilherme Santos – *As Campanhas de Alfabetização durante a Revolução Portuguesa de 1974-1976*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 135-159.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a7

As Campanhas de Alfabetização durante a Revolução Portuguesa de 1974-1976

The Literacy Campaigns during the Portuguese Revolution, 1974-1976

Las Campañas de Alfabetización durante la Revolución portuguesa, 1974-1976

Les Campagnes d'Alphabétisation pendant la Révolution portugaise, 1974-1976

Eduardo Esteves
Misael Martins
Guilherme Santos

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Resumo: Com antecedentes históricos e um lastro que excede a sua vigência direta, as campanhas de alfabetização de adultos em curso durante a Revolução portuguesa de 1974-76 estruturaram-se num eixo de dois polos opostos: o da «alfabetização», de carácter mais centralizado, e o do «poder popular», tendencialmente mais fluido. As divergências internas a este heteróclito «campo da alfabetização» refletiram no terreno da educação as disputas mais alargadas existentes na sociedade portuguesa. Adaptando o método de alfabetização de Paulo Freire, estas campanhas colocaram em contacto populações rurais e jovens urbanos intelectualizados, transformando inexoravelmente as práticas educativas em Portugal.

Palavras-chave: Campanhas de Alfabetização; Revolução portuguesa; Educação

Abstract: With historical antecedents and a background that exceeds their direct validity, the adult literacy campaigns underway during the Portuguese Revolution of 1974-76 were structured around an axis of two opposing poles: that of "literacy", of a more centralised nature, and that of "popular power", which tended to be more fluid. The internal differences within this heteroclite "literacy camp" reflected the wider disputes in Portuguese society in the field of education. Adapting Paulo Freire's literacy method, these campaigns brought rural populations and intellectualised urban youth into contact, inexorably transforming educational practices in Portugal.

Key words: Literacy campaigns; Portuguese Revolution; Education

Resumen: Con antecedentes históricos y un trasfondo que excede su vigencia directa, las campañas de alfabetización de adultos en curso durante la Revolución Portuguesa de 1974-76 se estructuraron en torno a un eje de dos polos opuestos: el de la "alfabetización", de carácter más centralizado, y el del "poder popular", que tendía a ser más fluido. Las diferencias internas de este "campo de la alfabetización" heteróclito reflejaban las disputas más amplias de la sociedad portuguesa en el ámbito de la educación. Adaptando el método de alfabetización de Paulo Freire, estas campañas pusieron en contacto a las poblaciones rurales y a la juventud urbana intelectualizada, transformando inexorablemente las prácticas educativas en Portugal.

Palabras clave: Campañas de alfabetización; Revolución portuguesa; Educación

Résumé: Avec des antécédents historiques et un contexte qui dépasse leur validité directe, les campagnes d'alphabétisation des adultes menées pendant la révolution portugaise de 1974-1976 étaient structurées autour d'un axe composé de deux pôles opposés : celui de "l'alphabétisation", de nature plus centralisée, et celui du "pouvoir populaire", qui tendait à être plus fluide. Les différences internes au sein de ce "camp de

Eduardo Esteves, Misael Martins, Guilherme Santos – *As Campanhas de Alfabetização durante a Revolução Portuguesa de 1974-1976*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 1 2024. 135-159.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a7

l'alphabétisation" hétéroclite reflétaient les conflits plus larges de la société portugaise dans le domaine de l'éducation. En adaptant la méthode d'alphabétisation de Paulo Freire, ces campagnes ont mis en contact des populations rurales et des jeunes urbains intellectualisés, transformant inexorablement les pratiques éducatives au Portugal.

Mots clés: Campagnes d'alphabétisation; Révolution portugaise; Éducation

“A pedra que atinge a Linda, a hostilidade latente nos olhos que se desviam. Nas mãos que se benzem à nossa passagem. Nas mães que chamam os filhos, afastando-os dos ‘inimigos da cruz’. ‘Querem tirar-nos a fé, mas nem que nos matem’”.

O Professor, n.º 6, janeiro de 1975

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo fundamental o estudo das diversas campanhas de alfabetização e iniciativas de educação para adultos em curso durante a Revolução portuguesa, isto é, entre o golpe militar de 25 de Abril de 1974 e a aprovação da Constituição da República Portuguesa, em 1976.

Pretendemos, para tal, entender as transformações entre as concepções doutrinadoras, tradicionalistas, hierárquicas e corporativistas que moldaram os programas de educação para adultos durante a ditadura do Estado Novo e os ideais, que caracterizaremos, que lhes presidiram durante o processo revolucionário de 1974-1976. Serão mais as ruturas entre os dois períodos ou, por outro lado, podem ser identificadas continuidades entre a política educativa do Estado Novo tardio e os projetos da nova sociedade revolucionária?

Paralelamente, refletiremos, a partir da bibliografia e do seu cruzamento com as fontes primárias, acerca dos impactos mais latos, de ordem cultural e social e do domínio das mentalidades, que escapam à dinâmica estritamente educativa, que um amplo projeto de alfabetização, conciliado com a formação cultural e a socialização política, pode surtir num determinado território. O propósito concreto é perceber como um projeto educativo e cultural (para além de, direta ou indiretamente, político) levado a cabo por militares, jovens urbanos escolarizados e intelectuais politizados pode impactar uma comunidade

Eduardo Esteves, Misael Martins, Guilherme Santos – *As Campanhas de Alfabetização durante a Revolução Portuguesa de 1974-1976*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 135-159.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a7

rural hegemonicamente lida como hierarquizada, tradicional e tendencialmente fechada a ímpetus que lhe são exteriores. Terá o contacto entre “dois mundos” tão distintos produzido resistências inultrapassáveis ou operado no sentido de uma colaboração com efeitos transformativos de parte a parte?

Neste sentido, aferiremos o sucesso ou o fracasso das diversas campanhas de alfabetização, medidos, em termos estatísticos, pela evolução dos padrões nacionais de analfabetismo, alfabetização e literacia, mas também, de um ponto de vista mais geral, pela sua capacidade de influir nas políticas públicas de educação do Estado pós-revolucionário português. Terão estas iniciativas resultado num decréscimo da taxa de analfabetismo em Portugal? Quer a resposta seja positiva ou negativa, terão as experiências de alfabetização e educação para adultos do período revolucionário moldado, como avança a literatura (Silva, 1990), as políticas educativas da democracia portuguesa?

Partindo da tese freiriana de que toda a educação é inerentemente política, na medida em que se desenha segundo abordagens e comporta escolhas não só técnicas mas definidas em função da ideologia dominante em determinado espaço e período histórico, exploraremos o impacto da superestrutura ideológica e política da Revolução portuguesa de 1974-1976 nas opções pedagógicas e educativas do período. Quais serão os efeitos práticos de estas políticas específicas de educação se terem estruturado numa sociedade que vivia uma inflexão geral à esquerda, de sentido antifascista e socializante?

Revisão da Literatura

A bibliografia específica acerca das campanhas de alfabetização em curso durante a Revolução desencadeada pelo golpe militar de 25 de Abril de 1974 e concluída com a aprovação da Constituição da República de 1976¹ (e a consequente “normalização” democrática de sentido liberal representativa) é escassa, sobretudo se excetuarmos a que diz respeito às Campanhas de Dinamização Cultural e Ação Cívica promovidas pelo Movimento das Forças Armadas (MFA). Sónia Vespeira de Almeida (2007), antropóloga

¹ A definição cronológica do término da Revolução portuguesa não é consensual. Enquanto Fernando Rosas (2023) logra ver na “contenção pactuada” resultante do golpe de 25 de novembro de 1975 o fim efetivo do período revolucionário, Manuel Loff (2022) defende que a Revolução se prolonga até à aprovação da Constituição da República Portuguesa, documento que, de resto, salvaguarda boa parte do património revolucionário que está na génese da democracia portuguesa. No que às políticas de educação e alfabetização diz respeito, e como adiante será explicitado, a proposta de Loff revela-se mais operativa.

Eduardo Esteves, Misael Martins, Guilherme Santos – *As Campanhas de Alfabetização durante a Revolução Portuguesa de 1974-1976*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 135-159.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a7

que se dedica ao estudo do tema, defende que a explicação para tal tendência da historiografia portuguesa se prende com o processo de revanchismo e “infantilização” do período revolucionário e das suas movimentações políticas, sociais e culturais, fenómeno instituído com o regime de memória desfavorável à Revolução, associada ao caos, à desordem, ao excesso e ao radicalismo aventureirista (Trindade, 2012), decorrente da nova relação de forças saída do *novembrismo* (Rosas, 2023) e aprofundado com o “revisionismo” alimentado pelas direitas historiográficas, políticas e culturais da era democrática (Loff, 2014). Assim, a memória das iniciativas, estatais ou populares, de alfabetização e educação para adultos durante a Revolução portuguesa é, de acordo com Vespeira de Almeida (2007: 13), “uma memória injustiçada, uma memória dos derrotados, uma memória marginal”, mantida, à revelia das narrativas memorialísticas oficiais, por um grupo restrito de indivíduos (essencialmente aqueles que, na qualidade de promotores, recetores ou ambos, nela participaram). Tais esforços de disputa da narrativa hegemónica que tenta fazer a esconjura das campanhas de alfabetização são evidentes nos trabalhos de Alberto Melo e Ana Benavente (1978) e Maria das Dores Ramos Passos Silva (2009), todos eles, não por acaso, indivíduos empenhados no processo.

Stephen Stoer foi um dos autores que rompeu o aparente consenso hegemónico que votava as transformações educativas do período revolucionário português à irrelevância historiográfica, com a sua abordagem pioneira no campo da sociologia política da educação, que estudou a evolução das políticas públicas de educação em Portugal à luz das transformações políticas e da mudança social². Este autor vem defender que o Estado não é neutro, mas antes “mutável” e permeável às pressões da sociedade civil, agente social coletivo posto em destaque na evolução das políticas públicas de educação, sobretudo em sociedades semiperiféricas do sistema-mundo, como é a portuguesa (Stoer, 1986). De acordo com a sua tese, ao mesmo tempo que o Estado (e, portanto, as políticas de educação por ele desenhadas) é cooptado, em conjunturas históricas que o potenciem, pelos interesses privados e pela dinâmica hegemonzadora das lógicas de mercado,

² Refira-se, a propósito, que o trabalho de Stoer acerca das políticas de educação em Portugal é influenciado pelos estudos seminiais de Seda Nunes, ainda nos anos sessenta e, mais tarde, de Rui Grácio e Sérgio Grácio, bem como de Ana Benavente.

Eduardo Esteves, Misael Martins, Guilherme Santos – *As Campanhas de Alfabetização durante a Revolução Portuguesa de 1974-1976*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 135-159.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a7

impondo coercivamente tais desígnios às políticas educativas³, pode também, em situações históricas específicas, de sentido inverso, procurar responder “às necessidades/interesses/exigências do(s) sector(es) ‘explorados’ da população” (Stoer, 1986: 27). É, com efeito, aquilo que acontece durante a Revolução portuguesa de 1974-1976, momento em que, como tipicamente acontece nas ruturas revolucionárias da contemporaneidade, o Estado entra em crise (ou é, pelo menos, forçado a partilhar o poder com outras estruturas, mais ou menos coesas, mais ou menos organizadas, que com ele concorrem no desenho de políticas coletivas) e é suplantado pela torrente de iniciativas de base popular (Cerezales, 2005). Neste sentido, Stoer (1986: 25) fala num Estado, durante o processo revolucionário, “quase irrelevante, existindo mais em termos do seu potencial do que em termos da sua real capacidade”. É assim que, enfraquecido pela dinâmica concorrencial e conflitual de poderes e superado pelo vigor e capacidade de empreendimento de tais poderes concorrentes, o Estado revolucionário português se vê na obrigação de tentar enquadrar as iniciativas de base popular, esforçando-se, simultaneamente, por estruturá-las e, por outro lado, por atuar no sentido da sua contenção (Mogarro & Pintassilgo, 2009).

Com efeito, uma das características fundamentais, no que às campanhas de alfabetização e às políticas de educação do período em análise diz respeito, é a existência paralela de múltiplas iniciativas⁴, promovidas por diferentes estruturas, organizando-se sob princípios distintos e perseguindo objetivos diferenciados, quando não conflitantes (Benavente & Melo, 1978; Mogarro & Pintassilgo, 2009). Stoer (1986) distingue tais iniciativas – todas elas voltadas para a resolução das profundas carências educacionais legadas por quase cinquenta anos de regime autoritário e para a formação dos cidadãos de uma nova sociedade democrática e socialista – segundo dois eixos diversos, que

³ Segundo Stoer (1999), a chamada “Reforma Veiga Simão”, de 1973, é um bom exemplo de tal prática, tendo sido potenciada não só pela necessidade de modernização da ditadura corporativista e historicamente avessa ao progresso educativo, mas sobretudo pelas pressões vindas de organizações internacionais (como a EFTA ou a OCDE) no sentido da integração portuguesa nas políticas económicas e sociais (de que a educação e a qualificação eram eixos centrais) da ordem capitalista europeia. O autor é, no entanto, bastante claro em considerar que a dita Reforma, ainda que ao arripio das suas intenções, prepara o terreno para as profundas transformações educacionais do período revolucionário.

⁴ A este respeito, refiram-se, inclusivamente, as campanhas de alfabetização e educação de adultos levadas a cabo no espaço colonial português, que, ainda que escapem ao escopo deste trabalho, demonstram a profusão de iniciativas em curso durante o período revolucionário, bem como os diferenciados agentes sociais que nelas se empenharam. A este respeito, veja-se Souto (2012: 150).

Eduardo Esteves, Misael Martins, Guilherme Santos – *As Campanhas de Alfabetização durante a Revolução Portuguesa de 1974-1976*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 135-159.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a7

consubstanciavam estratégias de ação distintas: a “alfabetização”, por um lado, e a construção do “poder popular”, por outro, que se esforçava por aliar os objetivos educativos e de combate ao analfabetismo, com outros, de socialização política e natureza político-ideológica mais evidente. Enquanto o primeiro eixo é prioritário na atuação das campanhas estatais (Campanhas de Dinamização Cultural e Ação Cívica do MFA e Serviço Cívico Estudantil) e naquelas que, direta ou indiretamente, eram hegemônicas pelo Partido Comunista Português (PCP), como o Movimento Alfa e as Campanhas de Alfabetização da Pró-União Nacional dos Estudantes Portugueses (Pró-UNEP), ditando a sua ação por princípios como o da “pedagogia esclarecida”, de natureza mais centralizada e uma mais evidente retirada de agência às populações a quem as campanhas de alfabetização eram destinadas (Silva, 2009), o segundo é levado à prática sobretudo pelas organizações de extrema-esquerda e pelas estruturas de base popular e do associativismo local⁵, que dinamizavam campanhas mais restritas, localizadas e debilmente articuladas entre si, guiadas por um esforço de “educação popular”, mais ou menos traduzido na prática, proponentes de uma reforma radical da educação que construísse uma “escola socialista”, que desse forma ao movimento pedagógico espontâneo e oferecesse o contraponto aos métodos de alfabetização centralizados. Apesar da relativamente fraca implantação desta segunda linha de aproximação à educação durante a Revolução, a verdade é que o seu complexo modelo teórico influenciará a ideia de gestão democrática das escolas, no pós-25 de Abril (Stoer, 1999).

Com efeito, as iniciativas de alfabetização lançadas ou cooptadas pelas estruturas estatais, embora tenham aglutinado, num primeiro momento, boa parte do “campo da alfabetização”, cedo foram alvo de dois tipos de resistência: a primeira vinda das populações a alfabetizar e das estruturas conservadoras e reacionárias que ainda detinham sobre elas agência tutelar (como os caciques locais ou a Igreja católica); a segunda da tendência do “poder popular”, que considerava as Campanhas de Alfabetização do MFA e o próprio *Esquema de Anteprojecto do Plano Nacional de Alfabetização* um esforço de “colonialismo cultural” (Almeida, 2009), de pendor dirigista e paternalista, crítica em que eram acompanhados por alguns intelectuais progressistas, como Natália Correia ou

⁵ Augusto Santos Silva (1990) acrescenta a estas as iniciativas desenvolvidas por alguns sindicatos, com o apoio da Direção-Geral da Educação Permanente, liderada por Alberto Melo, entre 1975 e 1976.

Eduardo Esteves, Misael Martins, Guilherme Santos – *As Campanhas de Alfabetização durante a Revolução Portuguesa de 1974-1976*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 135-159.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a7

Eduardo Lourenço, que se referem a tais iniciativas como tentativas de “doutrinação ideológico” feito por quem não tem competência para o fazer, realizadas de forma apressada, acrítica e “folclórica” - uma “chaimitização pedagógica” (a expressão é de Eduardo Lourenço), que fazia lembrar as velhas estratégias doutrinadoras da educação nacional fascista (Gonçalves, 2018). Os próprios agentes alvo destas críticas reconhecem, no momento ou *a posteriori*, a justiça de algumas delas, ensaiando uma espécie de autocrítica, mais ou menos convicta (Freitas, 2009).

As iniciativas de alfabetização e educação para adultos

Campanhas de Dinamização Cultural e Ação Cívica do MFA

As Campanhas de Dinamização Cultural e Ação Cívica do MFA, no terreno entre novembro de 1974 e fevereiro de 1975, estruturaram-se como a tentativa do novo poder político revolucionário de levar à prática dois dos seus objetivos declarados: a democratização, sobretudo da vida cultural, e o desenvolvimento do país, que não se faria sem o combate às enormes taxas de analfabetismo que o assolavam e a proximidade entre os camponeses e os militares progressistas (Correia *et al*, s/d). As campanhas foram coordenadas por uma das quatro comissões da 5ª Divisão do Estado Maior das Forças Armadas, uma estrutura com amplos poderes em matérias de educação, comunicação e cultura, denominada Comissão Dinamizadora Central (CODICE). Estas campanhas, fortemente centralizadas e divididas por oito regiões, inserem-se no esforço identificado por Soer (1999) de enquadrar as iniciativas populares já no terreno.

É na sequência do 11 de março de 1975 que as campanhas sofrem uma reestruturação para a adição de uma nova dimensão: a ação cívica. Segundo Correia (s/d), tal acrescento reflete “a urgência que se sentia em consolidar o que fora dito, com ações práticas, movimentando o enorme potencial humano e material das Forças Armadas”, resultando numa expansão das competências das campanhas e numa maior politização do conteúdo das mesmas. Apesar da reestruturação, a alfabetização permanece como uma componente residual destas campanhas (Mogarro & Pintassilgo, 2009), o que fica patente através da análise das fontes, que se referem substancialmente menos à ação alfabetizadora e mais às dimensões sanitárias e de contacto cívico com as populações.

Eduardo Esteves, Misael Martins, Guilherme Santos – *As Campanhas de Alfabetização durante a Revolução Portuguesa de 1974-1976*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 135-159.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a7

As campanhas, como seria de esperar, enfrentaram uma sólida resistência das populações (Mogarro & Pintassilgo, 2009), resultado, em parte, de erros cometidos pelos seus dinamizadores. Costa Gomes (citado em Almeida, 2008) refere-se à “propaganda política, [feita] de forma tosca e agressiva” por elementos das brigadas de alfabetização, “contrariando frontalmente o sentir das populações”. Para além desta questão, a população, como no caso de Felgar, acicatada pelas hostilidades nutridas pelos caciques e homens ricos da terra, desconfiava das campanhas e boicotava algumas sessões de alfabetização, dizendo que “burro velho já não aprende”⁶.

Ainda sobre as Campanhas do MFA diz Miguel Cardina (2020) que estas bebem da influência das campanhas de “ação psicossocial” levadas a cabo pelo exército português no contexto da guerra colonial, tendo ambas como objetivo a expansão da presença do Estado como fornecedor de cuidados e infraestruturas, no quadro de uma política contrassubversiva, que procurava ganhar “os corações e as almas” das populações, agora não no sentido da defesa do império colonial, mas de adesão ao projeto revolucionário, democratizante e socializante que o MFA desencadeava no país.

Serviço Cívico Estudantil

O Serviço Cívico Estudantil (SCE), surgido oficialmente em maio de 1975, consistirá numa espécie de “ano zero”, exatamente entre a conclusão do ensino secundário e o ingresso no ensino superior, em que os estudantes portugueses se deslocarão para zonas rurais, afetadas pela chaga social do analfabetismo, para lá desenvolverem esforços de alfabetização, mas também ações culturais e desportivas, prestação de apoio às atividades escolares e circum-escolares, realização de inquéritos, campanhas de educação sanitária e até trabalho agrícola. O projeto inicial apontava para uma duração de três anos mas, em rigor, o SCE funcionará apenas nos anos letivos de 1974/1975 e 1975/1976 (Oliveira, 2004), acompanhando, precisamente, o período revolucionário, e sendo dotado de uma ampla participação.

No final de 1974 sabia-se já que as universidades (elas próprias em profunda mudança e agitação) não abririam, no ano letivo seguinte, o primeiro ano dos cursos para todos os estudantes. Os cerca de 28 mil candidatos ao ensino superior, cerca do dobro das

⁶ Vídeo disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/brigada-sanitaria-e-de-alfabetizacao-em-felgar/>.

Eduardo Esteves, Misael Martins, Guilherme Santos – *As Campanhas de Alfabetização durante a Revolução Portuguesa de 1974-1976*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 135-159.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a7

vagas disponíveis⁷, teriam, então, um ano livre pela frente. Com efeito, a criação de um movimento que absorvesse todos os candidatos à frequência do ensino superior vinha já sendo debatida pelos II, III e IV governos provisórios, cabendo a este último, a 30 de maio de 1975, a sua criação, já perto do fim do primeiro ano letivo em que deveria vigorar (Oliveira, 2004).

O SCE é influenciado por numerosos projetos e iniciativas que, dentro e fora do país, se guiarão pela mesma lógica e partilharão os mesmos valores. Internacionalmente, as iniciativas massivas de “ida ao povo” realizadas em Cuba, na Somália ou no Peru que procuravam, em contextos revolucionários de tendência socialista empenhados no combate a legados de desigualdade social, corrigir as influências da sociedade urbana e burguesa sobre a população estudantil, colocando-a em contacto com o “povo real”, categoria abstrata personificada pelas massas trabalhadoras do campo (Oliveira, 2004), exerceram influência sobre esta campanha. Com efeito, a prioridade do SCE – e aquilo que, de alguma forma, o distingue das restantes iniciativas – é a prioridade dada à formação dos estudantes, muito mais do que à alfabetização das populações (Mogarro & Pintassilgo, 2009).

Também no plano nacional o SCE tinha já antecedentes nos esforços do sistema de ensino de organizar a “saída das escolas”, com programas como o *Trabalho Produtivo Socialmente Útil* ou, segundo Oliveira (2004), as próprias *Campanhas de Dinamização Cultural do MFA*. O que distingue o SCE de todas as iniciativas anteriores é a sua razão direta – o “estrangulamento” do ingresso universitário – e sua natureza não voluntária (Lobo, 2010).

Um dado curioso é o facto de o número de estudantes mobilizados pelo SCE aumentar de 8 758 indivíduos no Ano I (limitado cronologicamente ao verão de 1975) para cerca de 11 800 no ano II (ano letivo de 1975/1976). Este aumento, que parece, *a priori*, um contrassenso, uma vez que não acompanha a tendência de redução da participação estudantil das restantes campanhas, explica-se pelo incremento de inscrições de jovens no ensino superior durante o ano de 1974, que, pela natureza compulsória do

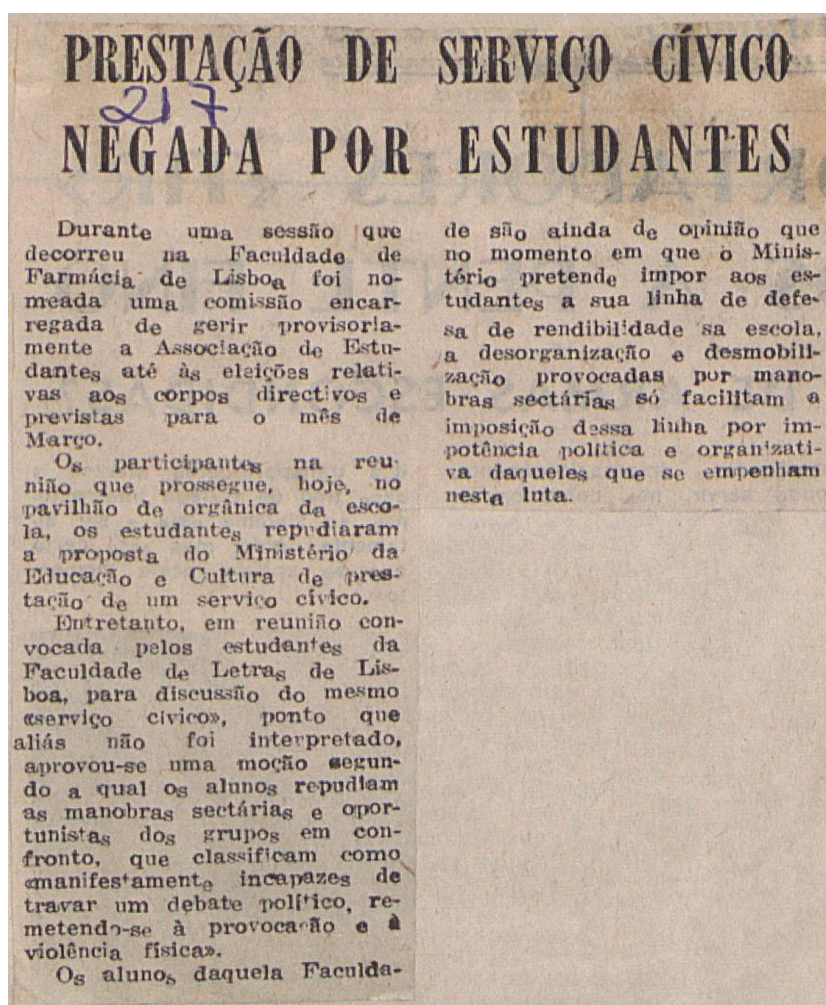
⁷ Estes números resultam do cruzamento dos dados contidos em Oliveira, L. T. D. (2004). *Estudantes e povo na revolução: o serviço cívico estudantil (1974-1977)* e no vídeo produzido em parceria pela RTP e pelo IHC, disponível no link <https://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acometimento/servico-civico-estudantil/>.

Eduardo Esteves, Misael Martins, Guilherme Santos – *As Campanhas de Alfabetização durante a Revolução Portuguesa de 1974-1976*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 135-159.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a7

projeto, engrossarão automaticamente as fileiras do SCE. Refiram-se, aqui, as reações ambivalentes da comunidade estudantil ao SCE: se há estudantes que o leem, seja pelo fervor revolucionário ou por uma curiosidade apolítica⁸, de forma positiva, o Serviço encontrará uma feroz resistência de alguns setores do movimento estudantil à participação neste projeto (Figura 1), considerado uma «chantagem» contra os alunos e um exercício de “prostituição ideológica”, como se vê adiante (Figura 2):

Figura 1. Deliberações tomadas nas Faculdades de Farmácia e de Letras da Universidade de Lisboa, a propósito da portaria sobre o Serviço Cívico Estudantil



Disponível em PT/UP-REIT/RUP/AN_01/AN4-N489, Arquivo da Universidade do Porto

⁸ Veja-se o vídeo disponível no link <https://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/servico-civico-estudantil/>.

Eduardo Esteves, Misael Martins, Guilherme Santos – *As Campanhas de Alfabetização durante a Revolução Portuguesa de 1974-1976*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 135-159.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a7

Figura 2. FT 12206, CD25A



Disponível em <https://www.cd25a.uc.pt/en/page/2662/2>

O SCE, justamente pelo seu carácter compulsório e por não ser enquadrado por nenhuma estrutura partidária e/ou associativa, não se tratava de um movimento homogêneo, dividindo-se em três grandes correntes político-ideológicas: a republicana/socialista, a comunista e a católica progressista, que disputavam entre si a hegemonia ideológica no movimento. Tais disputas refletem a vitalidade dos movimentos sociais no processo revolucionário português, esforçando-se os atores sociais emergentes por ocupar a nova janela de oportunidades aberta pela debilidade do aparelho de Estado (Cerezales, 2003).

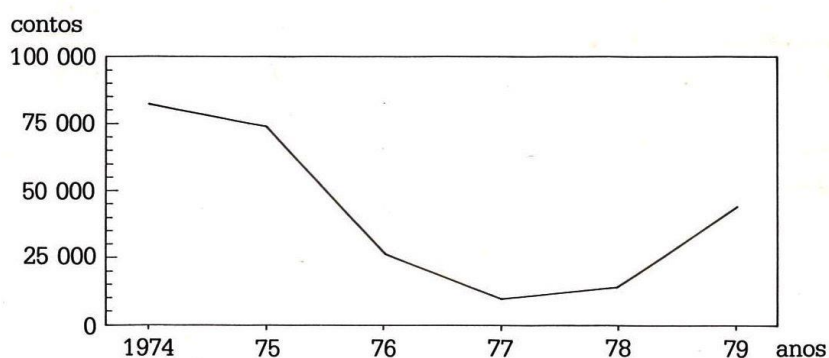
Após a queda do V governo provisório, a crítica do gonçalvismo e a consolidação do refluxo da Revolução, o SCE entrará num período de isolamento, passando a contar apenas com o apoio político do PCP, e sendo sujeito a ferozes ataques das direitas políticas e culturais do país. Ainda assim, tanto o VI (e último) governo provisório, liderado por Pinheiro de Azevedo, quanto o I governo constitucional, de Mário Soares, manterão o projeto vivo. No Ano III (1976/1977) são ainda abertas inscrições, mas o projeto acaba

Eduardo Esteves, Misael Martins, Guilherme Santos – *As Campanhas de Alfabetização durante a Revolução Portuguesa de 1974-1976*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 135-159.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a7

por ser suspenso e, após um processo demorado, legalmente extinto a 17 de junho de 1977, por deliberação da Assembleia da República. Com efeito, desde inícios daquele ano, as despesas públicas com iniciativas de alfabetização de adultos conhecem um evidente declínio (Figura 3):

Evolução das despesas estatais com actividades de educação de adultos, entre 1974-79 (em contos, a preços correntes)



Fonte: L. Lima *et al.*, 1988: 83.

Após o desaparecimento do SCE, ressurgiu, ainda que de forma efémera, a questão que havia motivado a sua criação: o excesso de inscritos no ensino superior, cuja dimensão é inabsorvível pelo sistema público. A solução, que se tornará definitiva, é a criação de mecanismos de seleção para o acesso ao ensino superior. Estes cumprirão o seu objetivo, resultando na diminuição das entradas nas universidades e politécnicos para níveis francamente inferiores aos do período revolucionário (Oliveira, 2004).

Campanhas de Alfabetização da Pró-UNEP

As Campanhas de Alfabetização e Educação Sanitária da Pró-UNEP circunscrevem-se ao verão de 1974, e nascem como uma iniciativa unitária, composta por jovens de diversas sensibilidades políticas, mas sob forte influência da União de Estudantes Comunistas (UEC), braço estudantil do PCP. Este movimento implantar-se-á predominantemente na região norte do país, sendo as razões apresentadas para tal decisão as grandes taxas de analfabetismo da região, o subdesenvolvimento económico a que as

Eduardo Esteves, Misael Martins, Guilherme Santos – *As Campanhas de Alfabetização durante a Revolução Portuguesa de 1974-1976*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 135-159.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a7

populações locais estavam sujeitas e a prevalência do obscurantismo e do conservadorismo político na região. Esta última questão era, embora tal não fosse abertamente assumido pela organização, a principal motivação da implantação preferencial no norte do país, uma vez que não havia, na realidade, uma desproporção nos níveis de analfabetismo do Norte do país em relação às outras regiões, como adiante se pode verificar (Quadro 1).

Quadro 1. Quadro estatístico relativo à divisão regional e demográfica do analfabetismo em Portugal no ano de 1970,

APROXIMAÇÃO ESTATÍSTICA DO ANALFETISMO EM PORTUGAL (1970)

Distritos	População residente (1970)	População residente com 10 anos e mais (estimativa)	Indivíduos de 10 anos e mais sem possuírem nem frequentarem o ensino primário elementar						População residente com 14 anos e mais (estimativa)	Indivíduos de 14 anos e mais sem possuírem nem frequentarem o ensino primário elementar					
			Dos quais são analfabetos			Dos quais são analfabetos				Dos quais são analfabetos			Dos quais são analfabetos		
			Número	Porcentagem (4/2)	Porcentagem (4/3)	Número	Porcentagem (7/2)	Porcentagem (7/3)		Número	Porcentagem (11/2)	Porcentagem (11/10)	Número	Porcentagem (14/2)	Porcentagem (14/10)
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)
Total	8 611 125	7 031 125	3 212 780	37,3	45,7	1 795 210	20,8	25,5	6 372 232	3 173 140	36,8	49,8	1 789 360	20,7	28,1
Aveiro	545 230	445 180	192 020	35,2	43,1	88 415	16,2	19,9	403 470	189 290	34,7	46,9	88 195	16,1	21,9
Beja	204 440	166 925	102 005	49,9	61,1	70 090	34,3	42,0	151 285	100 695	49,3	66,6	69 890	34,2	46,2
Braga	609 415	497 587	211 560	34,7	42,5	117 070	19,2	23,5	450 967	207 585	34,1	46,0	116 670	19,1	25,9
Bragança	180 395	147 292	73 895	41,0	50,2	48 675	27,0	33,0	133 492	72 840	40,4	54,6	48 495	26,9	36,3
Castelo Branco	254 355	207 680	116 830	45,9	56,3	82 370	32,4	39,7	188 222	115 490	45,4	61,4	82 205	32,3	43,7
Coimbra	399 390	326 093	174 670	43,7	53,6	95 000	23,8	29,1	295 541	172 805	43,3	53,5	94 765	23,7	32,0
Evora	178 475	145 725	84 565	47,4	58,0	53 515	30,0	36,7	132 071	83 570	46,9	63,3	53 365	29,9	40,4
Faro	268 240	219 018	126 300	47,1	57,7	79 100	29,5	36,1	198 497	125 175	46,7	63,1	78 840	29,4	39,7
Guarda	376 940	307 771	165 665	43,9	53,8	93 495	24,8	30,4	155 932	93 150	44,2	59,8	59 505	28,2	38,2
Leiria	1 568 020	1 280 288	435 780	27,8	34,0	218 130	13,9	17,0	278 935	163 965	43,5	58,8	93 295	24,8	33,4
Lisboa	1 445 545	1 118 837	71 980	49,5	60,6	48 375	33,2	40,7	1 160 334	431 180	27,5	37,2	217 110	13,8	18,7
Portalegre	1 309 560	1 069 255	396 515	30,2	37,1	193 415	14,7	18,1	1 077 703	71 295	49,0	66,2	48 285	33,2	44,9
Porto	427 995	349 458	190 305	44,4	54,4	110 590	25,8	31,6	969 074	390 240	29,8	40,3	192 890	14,7	19,9
Santarém	469 555	383 392	171 410	36,5	44,7	97 610	20,8	25,5	316 716	187 985	43,9	59,4	110 325	25,8	34,8
Setúbal	250 510	204 541	110 760	44,2	54,1	57 295	22,9	28,0	347 470	169 980	36,2	48,9	97 215	20,7	28,0
Vila Real	285 605	216 866	105 720	39,8	48,7	64 836	24,4	29,9	185 377	108 955	43,5	58,8	57 125	22,8	30,8
Viseu	410 795	335 414	179 490	43,7	53,5	100 505	24,5	30,0	196 547	103 855	39,1	52,8	64 465	24,3	32,8
Angra do Heroísmo	85 650	69 933	32 930	38,4	47,1	15 435	18,0	22,1	303 988	177 160	43,1	58,3	100 180	24,4	33,0
Horta	40 600	33 150	15 540	38,3	46,9	6 055	14,9	18,3	63 381	32 580	38,0	51,4	15 390	18,0	24,3
Ponta Delgada	158 765	129 682	61 310	38,6	47,3	32 885	20,7	25,4	30 044	15 470	38,1	51,5	6 035	14,9	20,1
Funchal	251 135	205 052	100 420	40,0	48,9	62 705	25,0	30,6	117 486	60 655	38,2	51,6	32 745	20,6	27,9
Cidade de Lisboa	760 150	620 662	175 820	23,1	28,3	81 800	10,8	13,2	185 840	99 220	39,5	53,4	62 410	24,9	33,6
Cidade do Porto	301 655	246 301	65 010	21,6	26,4	28 370	9,4	11,5	562 511	174 375	22,9	31,0	81 410	10,7	14,5
									223 225	64 320	21,3	28,8	28 305	9,4	12,7

NOTA. — Os distritos com taxas de analfabetismo mais elevadas são os de Beja e Evora (Alentejo). Castelo Branco e Portalegre, regiões de grande propriedade e com grandes tradições de luta. As ocupações de terras pelos trabalhadores agrícolas nestas regiões estão na origem da Reforma Agrária em Portugal.

Fonte: Melo & Benavente (1978: 24)

Estas iniciativas mobilizaram cerca de mil estudantes, distribuídos por 112 localidades do território continental e 15 no arquipélago dos Açores. Contaram com o apoio de forças partidárias, sobretudo do Partido Comunista Português (PCP) e do Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE), e da ala progressista dos militares do MFA. As cisões e tensões internas do próprio movimento impossibilitam a continuidade das campanhas no verão de 1975, como estava inicialmente

Eduardo Esteves, Misael Martins, Guilherme Santos – *As Campanhas de Alfabetização durante a Revolução Portuguesa de 1974-1976*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 135-159.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a7

previsto. O fim precoce das campanhas da Pró-UNEP coincide, no entanto, com a criação do Plano Nacional de Alfabetização por parte do Estado português, claramente influenciado pela experiência da Pró-UNEP e apoiado desde o início pelo PCP.

Não se conhecendo números exatos sobre o impacto direto das campanhas na redução do analfabetismo, sabe-se que o número de alfabetizados foi inferior às expectativas iniciais. As posições sobre o seu sucesso ou insucesso dividem-se, com os promotores a fazer um balanço positivo e a destacarem o trabalho político e o impacto democratizador que estas representaram nas populações, assim como as aprendizagens que eles próprios trouxeram do contacto com o «país profundo» (Mogarro & Pintassilgo, 2009).

Movimento Alfa

O Movimento Alfa emerge no verão de 1976, circunscrevendo-se a esse mesmo ano, e terá como objetivo organizar, nos meses de agosto e setembro, “uma grande campanha de alfabetização, dinamização cultural, desportiva e de trabalho voluntário” (Oliveira, 2004: 100). A influência da organização leninista, profundamente centralizada e hierarquizada, da UEC vai fazer-se sentir no movimento, que terá uma comissão organizadora a funcionar a partir da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), subdividindo-se em comissões regionais, núcleos de alfabetização locais e brigadas móveis e fixas (Mogarro & Pintassilgo, 2009). Serão cerca de dois mil os estudantes voluntários em julho de 1976, sendo a principal área de implantação do movimento o Alentejo, região de maior influência do Partido Comunista no país.

É nosso entendimento que a criação, já no verão de 1976, de uma estrutura de alfabetização diretamente controlada por uma estrutura ligada ao PCP é resultado do afunilamento da estratégia política do partido, que marca a etapa final do processo revolucionário, com o abandono das alianças frentistas estabelecidas pela sua estrutura estudantil, a UEC, no seio das campanhas de alfabetização da Pró-UNEP. É um exemplo flagrante da profunda influência que a dinâmica política e partidária do processo revolucionário imprimia ao processo educativo do período.

Ao contrário de todas as outras campanhas, a do Movimento Alfa tem resultados exatos, que permitem avaliar o seu sucesso. Com efeito, os mil estudantes que estiveram

Eduardo Esteves, Misael Martins, Guilherme Santos – *As Campanhas de Alfabetização durante a Revolução Portuguesa de 1974-1976*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 135-159.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a7

mobilizados no Alentejo alfabetizaram, em pouco de mais de três meses, cerca de 500 pessoas e formaram 200 monitores locais (Mogarro & Pintassilgo, 2009).

Intensamente criticados, à direita, pelos pretensos propósitos de doutrinação ideológica por que eram movidos, e, pelo campo esquerdista do “poder popular”, pelo controle total que a UEC exercia sobre todas as dimensões do movimento⁹, a verdade é que ninguém duvidou da generosidade dos estudantes que abdicaram do seu verão para o fim nobre da alfabetização daqueles que haviam sido mais duramente castigados por décadas de obscurantismo autoritário.

Outras iniciativas de alfabetização

Durante os dois anos que se seguiram ao derrubamento do fascismo em Portugal, surgiram, de forma explosiva, pequenos sindicatos, associações locais, comités de bairro e aldeia, comissões de moradores e/ou trabalhadores, núcleos de alfabetização e uma infinidade de outras pequenas estruturas representativas das populações, dotadas de grande capacidade de mobilização social, cultural e política, decorrente da entropia das velhas estruturas estatais (Mogarro & Pintassilgo, 2009). Muitas delas, a maioria de forma autónoma e isolada, algumas em articulação com movimentos de âmbito nacional, desenvolveram atividades de alfabetização, em regra espontâneas, descentralizadas, pouco coordenadas e com uma mais ou menos evidente conceção basista, anti-hierárquica, genuinamente popular da educação. A educação, orientada para a construção de uma “escola socialista”, era, para estas organizações, uma vertente da construção do projeto geral do “poder popular” (Stoer, 1999), razão pela qual tendem até a rejeitar o “conceito burguês de alfabetização” (Melo & Benavente, 1978).

Esta constelação do associativismo popular encontra os seus antecedentes nas mobilizações estudantis do Estado Novo tardio, naquilo que Fernando Rosas (2023) chama de “crise académica intermitente”, iniciada em 1962 e apenas superada com o 25 de Abril de 1974, mas também nas iniciativas estudantis de apoio às vítimas das cheias de 1967, onde se estabeleceram fortes redes de solidariedade que seriam, de alguma

⁹ Alberto Melo, em entrevista ao próprio boletim do Movimento, acrescenta a esta uma outra crítica, que se prende com a duração prevista das campanhas, dizendo que “em dois meses pouco ou nada se consegue fazer em termos de alfabetização, sobretudo se se procurar que esta seja algo mais que uma mera junção de letras” (*Cadernos Alfa*, 1976: 18).

Eduardo Esteves, Misael Martins, Guilherme Santos – *As Campanhas de Alfabetização durante a Revolução Portuguesa de 1974-1976*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 135-159.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a7

forma, recuperadas e expandidas durante o período revolucionário. De igual forma, as ações do movimento católico progressista, sobretudo o já referido movimento Graal, de Maria de Lurdes Pintassilgo e Lindley Cintra, figuram como um prelúdio das campanhas populares de alfabetização de 1974-1976¹⁰.

Este modelo popular de educação para adultos entrou amiúde em choque com as campanhas centralizadas promovidas pelo Estado ou hegemônicas pelo PCP, tanto maior quanto a sobreposição geográfica de algumas destas iniciativas. À organização hierarquizada, coordenada a partir de organismos centrais, estes grupos opunham uma “estruturação mínima”, flexível, sustentada *in loco*, sem fixação de zonas de intervenção e com a ampla participação das massas (Melo & Benavente, 1978).

A tentativa de enquadramento destas campanhas pelas estruturas estatais ou a captura que alguns movimentos partidários tentam delas fazer encontram sempre resistência. Com efeito, até ao verão de 1975, estes pequenos grupos vivem em permanente oposição àquilo que consideravam as «ingerências na forma tentada» que aqueles organismos encetam, nomeadamente através do PNA, zelando pela sua autonomia (Melo & Benavente, 1978). Alberto Melo, que assume a liderança da Direção Geral do Ensino Permanente (DGEP) em outubro de 1975, é ele próprio muito crítico do PNA e simpático às ideias da «autoeducação», pelo que aproximará o organismo estatal das iniciativas de base, garantindo-lhes autonomia estratégica, fornecendo-lhes meios, equivalendo-as ao ensino oficial e esforçando-se por dilatar a “organização coletiva autogerida da educação para adultos” (Melo & Benavente, 1978: 11).

Uma dimensão interessante acerca destas campanhas espontâneas é que, devido à relativa autonomia que mantinham das estruturas públicas, conseguirão resistir ao refluxo revolucionário e ao conseqüente desinvestimento na educação para adultos, mantendo-se algumas delas no terreno até meados dos anos 80.

¹⁰ A conferência de imprensa de Lindley Cintra, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), em junho de 1974, disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/curso-de-alfabetizacao-e-educacao-sanitaria-no-porto/>, explicita as continuidades (sobretudo teóricas e discursivas) entre o movimento Graal e algumas das campanhas populares de alfabetização durante a Revolução.

Eduardo Esteves, Misael Martins, Guilherme Santos – *As Campanhas de Alfabetização durante a Revolução Portuguesa de 1974-1976*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 135-159.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a7

Dinâmicas-padrão e tendências gerais

Independentemente das características específicas de cada campanha e das divergências internas ao “campo da alfabetização”, já dissecadas, são algumas as dinâmicas comuns a todas as iniciativas, que revelam tendências gerais e constituem pontos nevrálgicos de todo o processo de alfabetização durante a Revolução.

Continuidades trans-históricas

Nenhuma das campanhas por nós estudadas se restringe ao período específico, mais ou menos alargado, em que esteve no terreno. Pelo contrário, os projetos de educação de adultos desenvolvidos durante a Revolução, pese embora as ruturas que introduzem no campo das práticas educacionais em Portugal, enquadram-se num continuum que se inicia nos últimos anos do Estado Novo e cujos efeitos se prolongam na consolidada democracia portuguesa.

O antecedente direto das iniciativas de alfabetização do período revolucionário são as campanhas clandestinas de alfabetização dinamizadas pelo movimento católico progressista Graal, entre 1970 e o fim do regime. Para além de fazerem uso do “método” de Paulo Freire – introduzido em Portugal ainda durante a década de 1960 (veja-se Alcoforado & Ferreira, 1970, e Freire, 1992: 175-176) – lançam as bases para uma conceção basista e popular da educação de adultos, que será reaproveitada pelas iniciativas locais de alfabetização, que contarão, de resto, com a colaboração de Lindley Cintra, um dos grandes promotores do movimento.

Por outro lado, também a Direção Geral do Ensino Permanente (DGEP), fundada em 1972, com a competência de coordenar e promover a educação extraescolar e as atividades de promoção profissional e cultural, visava já a educação da população adulta, sobretudo as que viviam na condição de analfabetas, garantindo uma ação supletiva do ensino básico (Correia, 1998). Pelos seus objetivos iniciais e sobretudo pelo percurso que vai descrevendo ao longo do Estado Novo tardio e da Revolução, a DGEP pode ser situada como o primeiro antecedente dos esforços revolucionários de alfabetização (Mogarro & Pintassilgo, 2009).

Eduardo Esteves, Misael Martins, Guilherme Santos – *As Campanhas de Alfabetização durante a Revolução Portuguesa de 1974-1976*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 135-159.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a7

Por fim, a reforma educacional empreendida pelo ministro marcelista José Veiga Simão, pela modernização dos currículos e pela abertura e relativa democratização das novas universidades e politécnicos criou, mesmo que involuntariamente, as condições materiais para que as campanhas de alfabetização de extração estudantil se viessem a realizar (Stoer, 1999).

Aplicação e apropriação do “método” de Paulo Freire

Durante a Revolução portuguesa surge como consensual a aplicação do “método” de alfabetização de Paulo Freire, se bem que com dissemelhanças de iniciativa para iniciativa, e através de mecanismos variados de apropriação e adaptação, tanto do “método” como do pensamento teórico do autor (Stoer, 1999).

O “método” do pedagogo brasileiro havia já sido introduzido em Portugal, entre 1970 e 1974, pelo linguista opositor Lindley Cintra e pelo Movimento Graal, que terá um papel fundamental na introdução do pensamento e ideias de Freire no país (Cavalcanti, 2017), mas é durante a Revolução que as ideias e a prática de Freire são apropriadas por variadíssimas estruturas promotoras de campanhas de alfabetização, por constituírem um modelo teórico útil, por um lado, ao questionamento crítico das políticas educativas do salazarismo e, por outro, permitirem a promoção de uma nova hegemonia cultural e pedagógica, que coloca a educação como um campo social eivado de “estruturas assimétricas de poder e privilégio” (McLaren e Silva *apud* Stoer, 1999: 79).

Segundo Stoer (1999), a ala “dirigista” da alfabetização faz uso sobretudo do conceito de *literacia crítica* de Freire, voltada ao uso da educação como uma ferramenta de “desfascização” do país. Com efeito, o Movimento Alfa vai usar o modelo inicial de Cintra, acrescentando-lhes novas palavras, adaptadas ao momento eleitoral que se aproximava e com motivações partidárias evidentes. Por seu lado, o setor radical do “poder popular” encontra mais operacionalidade na ideia freiriana de *pedagogia libertária* que, através da *conscientização* (isto é, a conciliação da tomada de consciência da realidade social e política com as estratégias práticas para transformar tal realidade) da população, pretende implantar no terreno uma *práxis da libertação*, orientada para a construção de uma “escola socialista” adequada aos propósitos da «revolução cultural» que consideravam estar em curso.

Eduardo Esteves, Misael Martins, Guilherme Santos – *As Campanhas de Alfabetização durante a Revolução Portuguesa de 1974-1976*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 135-159.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a7

Também o PNA irá recorrer ao “método” de Freire, reconhecido como verdadeiro “pedagogo dos oprimidos”. Para alguns elementos sociais avessos às transformações democratizantes trazidas pelo turbilhão revolucionário que atravessava o país, como as elites políticas e económicas do período pré-revolucionário, a *conscientização* de Freire soava mais a doutrinação ideológica do que a formação educativa.

Paternalismo, «colonialismo cultural» e resistências locais

Uma dinâmica comum a todas as campanhas são as acusações de uma postura paternalista dos seus promotores em relação às populações do “país profundo”. Torna-se evidente que esta acusação tem algum cabimento quando são observadas fontes como o *Esquema do Anteprojeto do Programa Nacional de Alfabetização*, documento produzido durante os governos provisórios liderados por Vasco Gonçalves, que denota uma conceção educativa “altamente politizada”, empenhada na construção do homem novo e em abrir caminho para a revolução socialista (Stoer, 1986). Neste documento, que nunca veio a ser posto em prática mas é útil para perceber as tensões entre as visões mais moderadas e as radicalizadas, são utilizadas expressões que revelam uma visão nitidamente simplista da realidade rural portuguesa e, em alguns casos, abertamente caricatural, referindo os «ambientes analfabetos» como assentes numa “cultura baseada na tradição oral” e “fundamentalmente conservador[a]s do passado”, imbuídas de uma “consciência mítica, mágica e ingénua de toda a realidade”, ainda que “coerente e rica”. O próprio Paulo Freire dirá, referindo-se às campanhas de alfabetização portuguesas, que “um dos possíveis erros que devem ter cometido foi o de chegarem às áreas camponesas com uma certa atitude paternalista” (citado em Mogarro & Pintassilgo, 2009: 18).

Com efeito, no intenso debate em torno da legitimidade eleitoral *versus* legitimidade revolucionária, forças políticas adversas à realização de eleições vão recorrer a argumentos que dão corpo às acusações de “colonialismo cultural” por parte do MFA e demais agentes envolvidos nas campanhas:

“Mas o que está em causa é saber se os camponeses, ligados a um pedaço de terra, a uma aldeia, a hábitos ancestrais, a uma tradição bem definida, devem ser forçados a entrar num processo eleitoral que obedece a uma cultura, mentalidade e lógica que são o suporte da revolução burguesa... Eleger representantes para um organismo nacional, através ainda de outros organismos nacionais (os partidos), implica um sofisticado grau

Eduardo Esteves, Misael Martins, Guilherme Santos – *As Campanhas de Alfabetização durante a Revolução Portuguesa de 1974-1976*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 135-159.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a7

de consciência, que um camponês vulgar dificilmente pode ter”. (*Esquema do Anteprojeto do Plano Nacional de Alfabetização, in Mogarro & Pintassilgo, 2009*).

Se é verdade que os camponeses não são nunca culpados da sua condição de indigência, sendo a sua miséria entendida como resultado de décadas de políticas de um regime que via na pobreza rural a redenção humana, não é menos certo que estes surgem descritos como uma entidade sem agência, que não se pronuncia nem atua perante os seus problemas, cuja resolução competia ao mundo urbano, que se lançava a “desvelar o país” (Almeida, 2009). Manuela de Freitas (2009)¹¹, participante numa das campanhas do MFA na qualidade de animadora cultural e alfabetizadora, reconhece, de forma autocrítica, tal retirada de agência às populações locais. É nosso entendimento que, mantidas as devidas distâncias, a percepção que certas partes do «campo da alfabetização» tinham do mundo rural português se estruturava em clara continuidade com a narrativa redutora e idealizada do Estado Novo sobre o campo português, sintetizada por Silva & Toor (1988).

Outra realidade comum a todas as campanhas foi a resistência por parte das populações, como já antes foi dissecado. Uma particularidade que encontramos na nossa pesquisa foi o facto de os estudantes tenderem a encontrar reações mais negativas onde o poder local não tinha ainda sido saneado do velho poder fascista (Fafe ou Vila Verde) do que em municípios onde isso já tinha acontecido, como Celorico de Basto ou Cabeceiras de Basto (*O Professor*, n.º 4/5, outubro de 1974). A resposta passava por redobrar as tentativas de aproximação às populações, desde ir às missas, trabalhar no campo até à construção de campos de jogos, teatros e outros contactos com as crianças da povoação.

Considerações Finais

As campanhas de alfabetização, que mobilizaram uma parte considerável, ainda que francamente minoritária, da sociedade revolucionária portuguesa, desestruturaram as tradicionais relações entre o campo e a cidade, herdadas do Estado Novo, e transformaram as políticas públicas de educação de um país com elevadas taxas de analfabetismo. Revestiram-se, para tanto, de particularidades que as tornam únicas no panorama das políticas internacionais de educação de adultos.

¹¹ Texto disponível em <https://passapalavra.info/2009/04/2952/>.

Eduardo Esteves, Misael Martins, Guilherme Santos – *As Campanhas de Alfabetização durante a Revolução Portuguesa de 1974-1976*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 135-159.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a7

Apesar da sua originalidade, decorrente do contexto de rutura revolucionária e primeira experiência democratizadora de um país que vivera quase meio século em ditadura, a verdade é que as campanhas de alfabetização da Revolução têm múltiplos antecedentes. As experiências clandestinas de alfabetização do movimento Graal, desde 1970, que introduzem em Portugal o método de Paulo Freire, a criação da DGEP, em 1972, ou a reforma educativa modernizadora de Veiga Simão, em 1973, imprimem às iniciativas de educação de adultos do período revolucionário uma natureza de *continuidade na rutura*, patente também no imaginário paternalista e “orientalista” dos estudantes e dos militares em relação aos camponeses, herdado das conceções estado-novistas, e na agência que as estruturas do antigo regime ainda detinham sobre as populações rurais, catalisador de resistências e antagonismos de parte a parte.

Tais resistências obrigaram as diversas campanhas a transformarem-se, evoluindo no sentido da socialização política, que foi conciliada com mais ou menos sucesso com a vertente alfabetizadora. Assim, os iniciais bloqueios foram, na generalidade dos casos, progressivamente superados, fazendo evoluir a divisão absoluta entre o mundo rural e o mundo urbano, sentida nos primeiros momentos das iniciativas, para uma espécie de *sincretismo cultural* entre os dois universos.

Relativamente aos resultados concretos das campanhas, e tendo em conta os balanços conflitantes presentes na bibliografia e nas fontes, é difícil concluir se a redução da taxa de analfabetismo dos 25,7%, em 1970, para os 18,6%¹², uma década depois, resultou do impacto direto destes esforços de alfabetização. Independentemente disso, o impacto destas iniciativas nas políticas públicas de educação da democracia portuguesa extravasa a dimensão estritamente estatística, uma vez que a educação de adultos durante a Revolução está na base, por exemplo, da gestão democrática das escolas (Silva, 1990). É, aliás, esse o grande e duradouro legado das campanhas de alfabetização de 1974-1976: o da *continuidade trans-histórica*.

¹² Apesar desta redução consistente dos padrões de analfabetismo durante a década marcada pela Revolução, o fosso de género do analfabetismo mantém-se profundo: em 1970, 19,7% dos homens portugueses eram analfabetos, enquanto 31% das mulheres estavam na mesma condição; onze anos depois, a taxa de analfabetismo masculino fixa-se nos 13,7% (uma redução de 6%), e a feminina está nos 23%, uma diminuição de 8% que, ainda assim, mantém as mulheres a quase 10 pontos percentuais dos homens. Estes dados foram obtidos através da consulta online do site da Pordata, e estão disponíveis no link <https://www.pordata.pt/portugal/taxa+de+analfabetismo+segundo+os+censos+total+e+por+sexo-2517>.

Eduardo Esteves, Misael Martins, Guilherme Santos – *As Campanhas de Alfabetização durante a Revolução Portuguesa de 1974-1976*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n.º 1 2024. 135-159.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a7

O conteúdo político e o impacto transformador das iniciativas por nós estudadas não são alheios ao ambiente sociopolítico mais geral que moldava a sociedade portuguesa da época. Com efeito, é o derrubamento do fascismo por via de um golpe militar seguido de uma revolução social de massas de tendências socialistas que explica a possibilidade de um extenso e muito disputado fenómeno de alfabetização. Por outras palavras, a educação de adultos em Portugal não teria adquirido estas características não fosse a evolução política do país, o que demonstra que as escolhas educativas e pedagógicas de determinada sociedade são sempre inerentemente políticas.

Fontes Primárias

Apontamento Informativo. Serviço Cívico Estudantil, n.º 2, 1976.

Aula de alfabetização do MFA. Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/aula-de-alfabetizacao-do-mfa/>.

Brigada Sanitária e de Alfabetização em Felgar. Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/brigada-sanitaria-e-de-alfabetizacao-em-felgar/>.

Cadernos Alfa. Movimento Alfa. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1976.

Curso de alfabetização e educação sanitária no Porto. Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/curso-de-alfabetizacao-e-educacao-sanitaria-no-porto/>.

Esquema de anteprojecto do Programa Nacional de Alfabetização. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura – Direção-Geral da Educação Permanente, 1975.

FREITAS, Manuela de (2009), *As Campanhas de Dinamização Cultural (1974/1975)*.

Disponível em <https://passapalavra.info/2009/04/2952/>.

Movimento. Boletim Informativo das Forças Armadas, n.º 9, 1975.

Movimento. Boletim Informativo das Forças Armadas, n.º 12, 1975.

O Professor, n.º 3, 1975.

O Professor, n.º 4/5, 1975.

O Professor, n.º 6, 1975.

Preparação da campanha de alfabetização. Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/preparacao-da-campanha-de-alfabetizacao/>.

Eduardo Esteves, Misael Martins, Guilherme Santos – *As Campanhas de Alfabetização durante a Revolução Portuguesa de 1974-1976*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 135-159.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a7

Serviço Cívico Estudantil. Disponível em <https://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/servico-civico-estudantil/>.

SILVA, Maria das Dores Ramos de Passos (2009), “A Educação de Adultos em Portugal no pós-25 de abril de 1974 – As Campanhas de Dinamização Cultural”, I – IV. *Correio do Minho*.

Bibliografia

ALCOFORADO, Luís; FERREIRA, Sónia Mairos (2013), “Experiência da pedagogia freiriana na região rural do município de Coimbra (Portugal, 1970)”, *Revista Educação em Questão*, n.º 33, vol. 47.

ALMEIDA, Sónia Vespeira de (2007), “Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA: uma etnografia retrospectiva”, *Arquivos da Memória*, nº 2, pp. 47-65.

ALMEIDA, Sónia Vespeira de (2007), “‘A caminhada até às aldeias’: a ruralidade na transição para a democracia em Portugal”, *Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, n.º 11, pp. 115-139.

ALMEIDA, Sónia Vespeira de (2008), “‘Vítimas do fascismo’. Os camponeses e a dinamização cultural do Movimento das Forças Armadas (1974-1975)”, *Análise Social*, vol. 43, n.º 189, pp. 817-840.

BEGONHA, Manuel (2016), *5ª Divisão-MFA: revolução e cultura*, Lisboa, Edições Colibri.

CARDINA, Miguel (2020), “O Passado Colonial: do trajeto histórico às configurações da memória” in Fernando Rosas *et al*, *O Século XX Português*, Lisboa, Tinta-da-china, pp. 357-411.

CAVALCANTI, Mabel Solange de Figuerêdo (2017), *Educação e Cidadania – Paulo Freire, o Movimento Graal e as Políticas Sociais em Portugal (1970/1974)*, Dissertação de Mestrado em «Política Social», Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

CEREZALES, Diego Palacios (2003), *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

CORREIA, Luís Grosso (1998), “«Portugal pode ser, se nós quisermos, uma grande e próspera nação». O sistema educativo do Estado Novo”, *Ler História*, n.º 35, pp. 71-107.

Eduardo Esteves, Misael Martins, Guilherme Santos – *As Campanhas de Alfabetização durante a Revolução Portuguesa de 1974-1976*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 135-159.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a7

CORREIA, Ramiro et al (s/d), *MFA, Dinamização Cultural, Acção Cívica*, Lisboa, Ulmeiro.

FREIRE, Paulo (1992), *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido*, São Paulo, Paz e Terra.

FREIRE, Paulo (2018), *Pedagogia do oprimido*, Porto, Edições Afrontamento.

GONÇALVES, Ricardo Manuel dos Ramos (2018), *A cultura ao serviço da revolução: campanhas de dinamização cultural e acção cívica do MFA*, Dissertação de Mestrado em «História Moderna e Contemporânea», Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa.

LOBO, Cláudia (2010), “As Campanhas de Dinamização Cultural (1974-75)”, *Revista Visão História*. [Consulta em 22/11/2023]. Disponível em: <https://citizengrave.blogspot.com/2012/12/a-ida-ao-povo.html?m=1>.

LOFF, Manuel (2014), “Dictatorship and revolution: Socio-political reconstructions of collective memory in post-authoritarian”, Portugal, *Culture & History Digital Journey*, n.º 3, vol. 2 [consulta em 21/11/2023]. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/77787>.

LOFF, Manuel (2022), “Do 28 de Maio ao 25 de Novembro de 1975: impulso, auge e refluxo”, in Fernando Rosas *et al*, *Revolução Portuguesa, 1974-1975*, Lisboa, Tinta-da-china, pp. 75-120.

OLIVEIRA, Luísa Tiago de (2004), *Estudantes e Povo na Revolução: o Serviço Cívico Estudantil (1974-1977)*, Oeiras, Celta.

MELO, Alberto; BENAVENTE, Ana (1978), *Educação popular em Portugal. 1974-1976*, Lisboa, Livros Horizonte.

MOGARRO, Maria João; PINTASSILGO, Joaquim (2009), “Educação, cidadania e alfabetização em contexto revolucionário”, in Maria de Fátima Chorão Sanches (ed.), *A escola como espaço social: leituras e olhares de professores e alunos*, Porto, Porto Editora, pp. 51-68.

SAMPAIO, Sofia (2013), “Sónia Vespeira de Almeida. Camponeses, Cultura e Revolução: Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)”, *Etnográfica*, n.º 17, vol. 2, pp. 423-432.

Eduardo Esteves, Misael Martins, Guilherme Santos – *As Campanhas de Alfabetização durante a Revolução Portuguesa de 1974-1976*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1 2024. 135-159.

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a7

SILVA, Augusto Santos (1990), *Educação de Adultos. Educação para o Desenvolvimento*, Lisboa, Edições Asa.

SILVA, Manuel Carlos; TOOR, Marga von (1988), “Camponeses e patronos: o caso de uma aldeia minhota”, *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 7, pp. 51-79.

SOUTO, Amélia Neves de (2012), “A Universidade de Lourenço Marques: a Associação Académica de Moçambique e o movimento estudantil (1963-1974)”, in Cláudia Castelo *et al* (org.), *Os Outros da Colonização : ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 135-154.

STOER, Stephen (1986), *Educação e Mudança Social em Portugal 1970-1980. Uma Década de Transição*, Porto, Edições Afrontamento.

STOER, Stephen (1999), “Apropriações políticas de Paulo Freire: um exemplo da Revolução portuguesa”, *Educação, Sociedade e Culturas*, n.º 11, pp. 67-81.

TRINDADE, Luís (2012), “Os Excessos de Abril”, in Izabel Margato; Renato Cordeiro Gomes (eds.), *Literatura e Revolução*, Minas Gerais, Universidade Federal de Minas Gerais, pp. 43-60.

RIBEIRO, Vasco (2014), “Os primeiros passos da comunicação política democrática em Portugal: A 5.ª Divisão do MFA como motor da propaganda revolucionária no PREC”, *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. 4, pp. 79-91.

ROSAS, Fernando (2023), *Ensaio de Abril*, Lisboa, Tinta-da-china.